

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Audiência Pública	Nº: 0374/00	DATA: 27/04/00
INÍCIO: 09h45min	TÉRMINO: 11h46min	DURAÇÃO: 2h01min
PÁGINAS : 45	QUARTOS: 12	
REVISORES: CLÁUDIA LUÍZA, MARIA LUIZA		
CONCATENAÇÃO: ZUZU		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
ALCIDES TÁPIAS - Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. IVAN RAMALHO - Diretor do DECEX. FRANCISCO GROS - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. RICARDO MONTENEGRO - Dretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.		
SUMÁRIO: Discussão em torno da produção de medicamentos genéricos e do financiamento para a expansão industrial no País.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> Há expressões ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Há oradores não identificados.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos e registro a presença do Sr. Ministro Alcides Tápias, a quem convido para fazer parte da Mesa; do Dr. Francisco Gros, Diretor do BNDES. E quero registrar aqui a presença, extremamente honrosa pra nós, do Líder do Governo, Deputado Arnaldo Madeira, que convido, se quiser nos dar a honra de alguns minutos, e do Secretário Nacional do nosso partido, Deputado Márcio Fortes, também Secretário do PSDB, que nos honra com a sua presença e que convido também a integrar aí a Mesa. Tendo em vista a distribuição da cópia da ata da 53ª reunião a todos os membros, consulto sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, eu acredito que possa ser dispensada, em virtude...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dispensada, a pedido do Deputado Zuppo, coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação. Como não há manifestação em contrário, considero a ata aprovada. Comunico à Comissão que nós recebemos alguns expedientes que estão sendo dado conhecimento aos Srs. Deputados, entre os quais ofício da Secretaria de Comércio Exterior enviando informações relativas ao regime de (*ininteligível*) das importações em resposta a ofício desta Comissão. Também estou fazendo distribuir cópia de atas e de documentos, de 34 outros documentos que se encontram à disposição dos Srs. Deputados. Esta reunião foi convocada para ouvirmos o Exmo. Sr. Ministro Dr. Alcides Lopes Tápias, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que se faz acompanhar aqui também do nosso convidado, Dr. Francisco Gros, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDES. Desejo comunicar também aos Srs. Deputados que, tendo em vista ontem a suspensão da sessão a pedido do Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, nós deveremos concluir aquela reunião após esta reunião. O Sr. Ministro da Indústria e do Comércio tem um compromisso ao meio-dia... aliás, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e portanto a nossa reunião não deve ultrapassar com S.Exa., por esta razão, meio-dia. E então, ao meio-dia, em princípio, se não terminarmos antes a reunião, nós haveremos de começar uma ... concluir a reunião com o Dr. Cláudio Considera e o Dr. Paulo de Tarso, entendeu? Paulo de Tarso. Tenho a honra, portanto, de conceder a palavra

ao Exmo. Sr. Ministro Dr. Alcides Lopes Tápias, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Muito bom dia, Deputado Marchezan, Deputado Ney Lopes, Srs. Parlamentares, com muito gosto estou de volta a esta Comissão, a convite do Sr. Presidente, de modo a completar os esclarecimentos e as nossas observações a propósito do tema estudado por esta Comissão Parlamentar. Eu queria, inicialmente, dizer aos senhores que na última vez colocamos as posições e toda a política do Ministério em relação a ... o assunto de medicamentos, e que tínhamos deixado naquela ocasião uma sugestão de que nós poderíamos, na medida em que houvesse interesse de laboratórios em se estabelecer para a fabricação de produtos chamados genérico, o BNDES faria com muito... com muito empenho apoio a iniciativas dessa natureza. E havíamos deixado também, naquela ocasião, o oferecimento do nosso conhecimento e da nossa experiência para o exame de iniciativas que podiam ser tomadas ou que pudessem ser afinal recomendadas por esta Comissão, em relação à institucionalização de providências que evitassem o superfaturamento em relação à importação de determinadas matérias-primas para fabricação de remédios. Sr. Presidente, eu queria lhe dizer que o... nós temos aqui presente o Dr. Ricardo Montenegro, que é Diretor do BNDES e que pode lhe esclarecer e nos dar a todos o resultado das conversas tidas com a associação das empresas que se dedicam à fabricação de produtos farmacêuticos, e que procurou o BNDES pra discutir o assunto da possibilidade de implantação de laboratórios. Ele pode fazer um relato a propósito desse assunto. E também o Dr. Ivan, da Secretaria de Comércio Exterior, no tocante às questões decorrentes de reuniões que aconteceram com os assessores que os Srs. Deputados indicaram que fossem conversar com o nosso pessoal, também poderia prestar esclarecimentos. O que eu queria, de forma resumida, dizer que há interesse do pessoal ligado à fabricação de produtos genéricos na instalação de indústrias ou de laboratórios para atingir o objetivo que o Ministro da Saúde tem propugnado e que é também objeto da matéria tratada nesta Comissão. E no tocante aos entendimentos com a nossa... o nosso pessoal, há algumas sugestões que poderiam ser apresentadas de modo a que nós tivéssemos possibilidade de acompanhar mais de perto, e uma tentativa de evitar com que houvesse a importação dessas matérias-primas com valores considerados acima daquilo que seja o natural, de que seja o mercado normal desses produtos. De

qualquer forma, eu me coloco à disposição do Presidente, do Relator, dos Srs. Deputados pra, em seqüência àquele nosso depoimento, à nossa manifestação da última reunião, que pudéssemos responder as questões que eventualmente os senhores tivessem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria então, tendo em vista a sugestão do Sr. Ministro, de que os dois, o doutor...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...Dr. Ricardo...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Isso, e o Dr. Ivan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...fizessem uma rápida exposição. Pode fazê-lo? Podia tomar assento aqui à Mesa, se desejasse. Ou se quisesse fazer daí também...

O SR. RICARDO MONTENEGRO - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Prefere daí? Tem V.Exa. a palavra então. Dr. Ricardo, Diretor do BNDES.

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Obrigado, Sr. Presidente. Bom, o meu nome é Ricardo Montenegro, sou gerente setorial do complexo químico. Dentro dessa política, quer dizer, de medicamentos, dentro da política nacional da oferta de medicamentos, o banco realmente está com toda essa prioridade em apoiar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor pode falar mais próximo?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - É? Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Melhorou. Agora...

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Tá ótimo. Então, dentro da política nacional da oferta de medicamentos, quer dizer, o banco tá totalmente, quer dizer, engajado e com... dando total prioridade realmente a esse setor, né? Nos cabe aqui, quer dizer, com relação ao papel do BNDES, a princípio, quer dizer, apoiar, quer dizer, com recursos financeiros, para implantação, expansão e modernização das (*ininteligível*). O banco tem pensado, em termos de cadeia produtiva, não só medicamentos, mas na parte de matérias-primas, ou seja, farmoquímicos, ou seja, essa parte toda de produção, realmente, no Brasil, não só de farmoquímicos como também de medicamentos, fazendo todo esse elo de ligação. O importante é a cadeia produtiva. É importante também, no tocante à reestruturação de empresas, visando à melhoria da gestão empresarial. Basicamente, quer dizer, no tocante à

parte comercial, financeira e tecnológica, né, bem como também incentivar a criação de novos centros de pesquisa e também dos atuais. Então, a parte de política e de pesquisa de desenvolvimento é bastante importante não só para o suprimento do mercado doméstico... Estamos pensando também na parte de excedentes à exportação. Então, com incentivo também à exportação não só de farmoquímicos, que já existe hoje, mas também a parte de medicamentos. E também há o estímulo também na produção de máquinas e equipamentos no País, e com aqueles com similar nacional, já temos inclusive uma linha de incentivo, e no caso de importado, quer dizer, dentro da política (*ininteligível*) tarifária. Temos recebido já, quer dizer, não de forma oficial, mas oficiosamente, contatos com a ABIQUIF, Associação Brasileira da Indústria Químico-Farmacêutica, na intenção realmente de apresentar quer dizer projetos visando à produção no mercado doméstico de produtos de farmoquímicos, tá, principalmente por parceria também tecnologicamente do exterior. E não só temos recebido, quer dizer, de forma oficiosa, mas vamos concretizar realmente esses pleitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu volto a insistir: o senhor pode encostar um pouco mais no microfone?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Mais... Isso. Tá melhor agora? Tá mais claro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô... É, isso. Não se assuste em falar, não. Por favor.

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Perfeito. (*Risos.*) E na parte, quer dizer, de projetos farmoquímicos iremos receber, estamos nos contatos preliminares, a gente vai receber em breve,, realmente pleitos, mas na parte de laboratórios, medicamentos, na parte final, já estamos já sendo contactados por esses laboratórios. Então, isso são conversações realmente que vão se desenvolver, vão ter realmente um efeito multiplicador, e o mercado, realmente, o setor farmacêutico, conta com esse apoio do banco, tá, para esse objetivo. É o que eu tinha a declarar, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - O.k. Sr. Presidente, o que o Ricardo tinha a comentar também são cerca de quinze companhias que, em princípio estariam...

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Aproximadamente... Exatamente, com interesse...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - ...interessadas. E não se pode falar ainda em valores envolvidos em investimentos, porque os projetos ainda não foram apresentados. Mas, evidentemente, isso, nos próximos dias, através da associação ou diretamente, eles procurarão o BNDES. Então, o Dr. Francisco Gros já determinou que essa é uma das prioridades do atendimento do BNDES e que pode resultar no investimento e atendimento dessa demanda. O que também temos insistido e procurado induzir os empresários, quando têm vindo ao BNDES, é de que, na medida em que isso se justifique e haja possibilidade de apoio técnico, que os investimentos em laboratório ou em pesquisa e desenvolvimento sejam feitos aproveitando-se a biodiversidade amazônica. E portanto, adicionalmente, dentro das regras de funcionamento da Zona Franca de Manaus, o pólo de desenvolvimento que nós queremos desenvolver naquela região também deva ser oferecido como alternativa pra que se façam lá os investimentos. Naquela região, o próprio setor acadêmico universitário já comunga com outros laboratórios, com outras iniciativas, e portanto é possível também desenvolver pesquisa e desenvolvimento naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Ministro. O senhor...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim, o Dr. Ivan Ramalho, então, poderia fazer um resumo do que tem sido as conversas com os senhores assessores dos Deputados na linha daquela ... da regulamentação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Camargo, né?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Ivan Ramalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esse não é banqueiro, não?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, porque os banqueiros todos falam muito devagar aqui, muito baixinho. Não sei por que, entendeu? (*Risos.*) Dr. Camargo.

O SR. IVAN RAMALHO - Sr. Presidente, Ivan Ramalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ramalho. Dr. Ivan Ramalho. Tem V.Exa...

O SR. IVAN RAMALHO - Sou Diretor do DECEX e substituo aqui a Secretária de Comércio Exterior que está em viagem ao exterior, Dra. Lytha

Spíndola. Nós... Presidente, nós fomos responsáveis por... nós fomos responsáveis por vários dos trabalhos que foram encaminhados aqui para a CPI. Alguns foram recebidos, inclusive, agora nos últimos dias, apresentando uma ampla informação estatística do comércio exterior, da área de fármacos, principalmente. Um dos nossos ofícios o Presidente acabou de ler... é... de distribuir, inclusive. Foi recebido ontem, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É verdade.

O SR. IVAN RAMALHO - É a respeito do processo de licenciamento das importações brasileiras. E depois, com a evolução dos entendimentos nossos com os assessores inclusive da própria CPI, nos foi pedido também é... trabalhos de análise e não mais apenas de informações estatísticas. Nós concluímos também recentemente — agora estamos também enviando à CPI — um trabalho mais amplo agora, que não é apenas uma informação estatística, como ocorreu nas primeiras informações. Nós temos agora um trabalho de análise bastante profunda, abrangendo a totalidade dos insumos farmacêuticos utilizados pela indústria desse setor. Somam um total de 830... aproximadamente, 800... é, 838 itens, tá? Estão catalogados pela Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica 838 insumos que são utilizados na produção. Nesse trabalho que nós concluímos e que a CPI vai estar recebendo esta semana, nós demonstramos que só 299 itens, destes 838, apresentaram elevação de preço na importação, nos últimos cinco anos. O trabalho, portanto, abrange um período de cinco anos, e os demais itens apresentaram redução de preço na importação. Portanto, 299 itens apresentaram aumento de preços, nos últimos cinco anos, a partir, em alguns casos, de 1%, 2%, 20, 30... e em alguns casos, mais. Mas agora a CPI vai ter um retrato exato, né, de quais os produtos que de fato... e quais as faixas, inclusive, de flutuação de preço que nós detectamos nos últimos cinco anos. Então, é um trabalho bastante longo, é uma nota técnica, inclusive, que eu não poderia, talvez, agora... pra ler todo esse trabalho aqui seria extremamente demorado, mas que, sem dúvida alguma, pode servir como um orientador para algumas ações que poderiam ser tomadas para o acompanhamento e o monitoramento dessas importações, no sentido de evitar, né, que essas grandes flutuações voltem a ocorrer. Eu gostaria só de registrar aqui que, nos trabalhos que nós fizemos, nós já detectamos que em muitos casos essas flutuações ocorrem em função do grau de elaboração, do grau de pureza do produto que, embora estando ele localizado na mesma NCM, ele... é natural que

aconteçam variações de preços em função do grau de pureza e em função do grau de elaboração do produto. Quer dizer, não significa, necessariamente, que tenha ocorrido um superfaturamento propriamente. Na verdade é um...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Dr. Ivan...

O SR. IVAN RAMALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Desculpe interrompê-lo, mas só para eu fixar um ponto. Esse levantamento, essa nota técnica...

O SR. IVAN RAMALHO - Sim?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...indica o nome da empresa importadora e do consumo... e do insumo?

O SR. IVAN RAMALHO - Não, ela indica... Não, não, indica os produtos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Porque é muito importante...

O SR. IVAN RAMALHO - Todos os produtos...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...a gente ter...

O SR. IVAN RAMALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...já que as informações que os senhores dispõem, dispõem da.... da guia de importação...

O SR. IVAN RAMALHO - Sim...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... que é liberada pelo BNDES.

O SR. IVAN RAMALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, era importante ter uma seleção de importadores com a razão social...

O SR. IVAN RAMALHO - Tá. Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES -e dos insumos, porque isso é que vai nos permitir certos cruzamentos...

O SR. IVAN RAMALHO - Tá. Nós já... já...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES -porque senão fica sempre a dúvida...

O SR. IVAN RAMALHO - Nós já, já... Nós já informamos... Veja bem, já informamos num primeiro momento à CPI...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Foi, eu sei.

O SR. IVAN RAMALHO - ...o levantamento, inclusive, com as empresas todas...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas foi muito... uma listagem de mais de 10 mil.

O SR. IVAN RAMALHO - Sim, mas tendo... Exato. Mas agora, com as informações já prestadas e com esse trabalho de análise que nós fizemos, a sugestão que nós faríamos é que nós, tão longo agora... esta semana, já a CPI recebendo este documento... aí, então, conforme o Ministro havia sugerido, os nossos técnicos pudessem se sentar também com os... com os funcionários que estão trabalhando nesse assunto, com os Deputados que estão examinando esse assunto com mais profundidade, pra então nós fazermos uma análise conjunta com esse batimento que o senhor está sugerindo. Quer dizer, na verdade, nós não tivemos, neste trabalho, uma preocupação propriamente de identificar a empresa "a" ou "b", mas identificar as situações dos produtos que em princípio devam merecer um acompanhamento...é... é... um pouco mais atento da parte das autoridades. Até porque esse trabalho já nos permitiu verificar que, de um total de 838 itens, né, apenas 299 apresentaram aumento de preços. Ou seja, o restante, o Brasil passou a pagar menos, portanto não há, nesse caso, nenhum problema, nenhuma preocupação com o superfaturamento em relação à maioria dos itens que estão aqui listados. Então, a sugestão que nós estamos fazendo, estamos trazendo hoje aqui, é de que nós, então, nos sentássemos... com esse trabalho, que é um trabalho extenso e longo. E aí então, seguramente, eu acho que esse trabalho... é... vai auxiliá-los e... e também junto ao nosso Ministério, a oferecer de fato uma sugestão prática de ação, como resultado dessa análise conjunta que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Dr. Ivan. O senhor gostaria de...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, eu gostaria... Acho que o Dr. Francisco Gros poderia passar uma idéia a propósito do que tem sido a atenção do BNDES no exame dessas propostas e também relatar o contato que tivemos com o Ministro José Serra, também nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O.k. Com a palavra, então, o Presidente do BNDES, Dr. Francisco Gros.

O SR. FRANCISCO GROS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, primeiro, colocar que o BNDES vem trabalhando nesse tema na... sob a orientação muito clara do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, dentro de um amplo programa de política nacional de saúde, visando uma... um aumento da

oferta interna de medicamentos. Então, em primeiro lugar, temos uma política clara nesse sentido. Como primeiro passo operacional para se operacionalizar essa política, foi elaborado um termo de referência para o desenvolvimento do setor farmacêutico nacional — medicamentos, fármacos e intermediários — visando basicamente aos seguintes objetivos: primeiro, disponibilizar medicamentos mais baratos para as populações com menor poder aquisitivo — ponto nº 1. Ponto nº 2, visando diminuir a importação de medicamentos e fármacos, de modo a reduzir o déficit da balança comercial que, conforme o Ministro colocou aqui na sua última vinda, tem crescido bastante e é fator de preocupação para todos nós. E terceiro ponto, aumentar a produção nacional de medicamentos genéricos. Então, com essas metas, com essa... esse plano de trabalho, digamos, o BNDES vem se posicionando. Tivemos contatos diversos, num primeiro momento, com o Ministro José Serra, que nos enfatizou também o objetivo do Ministério da Saúde de buscar uma atuação do BNDES a nível especialmente de melhoria da oferta de genéricos. E, conforme o Ministro disse, o BNDES tem se colocado inteiramente à disposição de todos os interessados para instrumentar, operacionalizar essa intenção de Governo. Já tivemos diversas trocas de correspondências com a ABIQUIF, que aqui o Dr. Ricardo Montenegro se referiu aqui, temos manifestação de interesse claro por parte de laboratórios nacionais no sentido de buscar um apoio do BNDES, e o BNDES colocou não só suas linhas de financiamento à disposição do setor, como colocou uma prioridade muito clara no sentido de apoiar essas iniciativas. Então, resumindo — e podemos, na resposta à pergunta dos Srs. Deputados, esclarecer mais —, mas, resumindo, o BNDES está de portas inteiramente abertas para qualquer iniciativa, qualquer pleito que vise esses objetivos que eu detalhei aqui: aumento da produção, substituição de importação e disponibilização de medicamentos mais baratos para a população em geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Dr. Francisco Gros. Eu desejo agradecer ao Ministro, ao Dr. Ricardo Montenegro, Dr. Ivan Ramalho e ao Dr. Francisco estes esclarecimentos. Esta reunião, realmente, devia ter aqui também o Ministro da Ciência e Tecnologia, que não pôde estar presente, porque a gente tava querendo englobar exatamente isso que falou o Ministro: a idéia da pesquisa, da biodiversidade brasileira com a idéia de uma política industrial que venha a oferecer aquilo que acabou de ser dito — uma maior oferta de medicamentos e sobretudo uma maior oferta de genéricos e de preços de

produtos mais baratos pro consumidor brasileiro. Mas também, como o Sr. Ministro já da outra vez manifestou, nossa profunda preocupação com o crescente desequilíbrio da nossa balança na importação de medicamentos. Nós achamos que temos matéria-prima, temos mercado, temos condições e precisamos que o Governo estimule isso. E eu folgo em ver, Ministro, que daquela reunião até esta reunião o senhor não parou. O senhor trabalhou, o senhor fez reuniões, o senhor procurou produzir. E eu... nós nos sentimos, da CPI — eu me sinto, particularmente; creio que também todos os membros —, contentes que a Comissão possa ter sido, sob certa forma, um pouco de ponto de, digamos assim, incitamento de convite ou de provocação — de santa provocação. Concluídas essas exposições que acabo de agradecer, eu coloco desde logo a palavra à disposição do nobre Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria, Deputado Ney Lopes, de avisar aos Srs. Deputados que nós teríamos em torno até de onze e meia, mais ou menos, quinze para o meio-dia, no máximo, os debates. Quinze para o meio-dia, porque o Sr. Ministro tem um compromisso inadiável com outros Ministros ao meio-dia. Então eu pediria a cooperação de todos os Deputados, e tenho a certeza de que até lá nós podemos fazer muito esclarecimento. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente do BNDES, Sras. e Srs. Deputados, eu me associo a V.Exa., Sr. Presidente, pela alegria deste momento, porque, neste trabalho difícil de ter que relatar a esta CPI, eu naturalmente não deixo de lado a busca do passado, a identificação de fatos que possam constituir ilícitos, mas eu olho muito o futuro. Nós não podemos ficar eternamente chorando o leite derramado. O povo brasileiro tá querendo solução, alternativa, novas perspectivas que não sejam milagres, que não sejam explosão de expectativas, mas o povo brasileiro vai querer saber depois desta CPI o que há de concreto no sentido do remédio ser mais barato. Nós tivemos o genérico, que é, sem dúvida, um crédito desta CPI o apoio político. E agora temos aqui, nos depoimentos iniciais do Ministro e do Presidente do BNDES, a certeza de que o Ministério do Desenvolvimento está preocupado, está engajado, está buscando alternativas, e é isso que realmente nos alegra para o futuro deste País. Nós temos que terminar a CPI com propostas concretas e implementá-las a médio e longo

prazos. Algumas, a curto; mas a médio e longo prazos. Eu acredito nisso. Eu sei que não dá muita manchete de jornal esse trabalho — a manchete é mais o fato escandaloso —, mas eu acredito muito no futuro, na reforma da legislação, que essa é a contribuição que fica para o País. Então, Sr. Ministro, eu ouvi atentamente V.Exa. confirmando os dados de que nós temos um déficit na balança comercial dos itens medicamentos e fármacos e equipamento hospitalar, que chega a quase 3 bilhões de dólares, representando 43.8% do déficit global da balança comercial do País, né? E isso mostra que é inadiável um programa de política industrial para os setores de fármacos, insumos e equipamentos hospitalares. Não só fármacos e insumos, mas também equipamentos hospitalares, que é um item da maior importância e também objeto da nossa... E que eu espero... esse... essa... essa... os equipamentos hospitalares estejam incluídos na proposta de financiamento do BNDES, né, porque isso vai tornar as contas externas nossas menos vulneráveis e pode transformar o País num pólo concentrador de investimentos, em função do tamanho do nosso mercado e das vantagens comparativas que temos em relação à América Latina, né? Então, dentro dessa colocação que, em última análise, vale dizer uma abertura comercial criativa e não predadora, a qual só serve para desorganizar a produção e o mercado interno, eu peço maiores esclarecimentos ao Sr. Ministro e também ao Presidente do BNDES, se for o caso, do seguinte: concretamente, quais os estudos do Ministério ou do BNDES para linhas de financiamento? Essas linhas vão abranger também... Eu sei, que já foi mencionado. Mas eu quero saber, por exemplo: é só para investimento? Envolve também capital de giro? Envolve também pesquisa? Seriam os custos financeiros correspondentes ao que se falou na imprensa, a TJLP e mais 2% ao ano de del-credere? Seria essa a proposta concreta que o banco poderia aceitar? Quer dizer, será uma linha institucionalizada para incentivo a esses setores, da mesma forma que o banco tem linhas com relação a têxtil, por exemplo, com relação a calçado, a turismo etc? Então, concretamente, o que é que se pode ter com relação a juro, carência, prazo, áreas específicas de financiamento, como eu citei, se abrange só investimento ou capital de giro, pesquisa etc? O que é que se tem de concreto em relação a isso, Sr. Ministro, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sr. Presidente, se o senhor permitir, eu gostaria que o Dr. Francisco Gros pudesse esclarecer então as perguntas do Deputado Ney Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra, doutor.

O SR. FRANCISCO GROS - Deputado, objetivamente, e no que diz respeito a equipamentos hospitalares, o... a diferenciação é se eles são adquiridos por instituição filantrópica, e nesse caso as linhas de financiamento do FINAME teriam a taxa básica de TJLP mais 1% de **spread**, no caso, de entidade filantrópica. No caso de instituições privadas não-filantrópicas, o custo seria TJLP mais 2,5% ao ano. As condições de prazo são de cinco anos. O nível de participação é de 80% no financiamento dos equipamentos hospitalares. No que diz respeito a investimento no financiamento, estamos, sim, buscando, em função da demanda que tá vindo da ABIQUIF, ou centralizada pela ABIQUIF, montar um programa específico de apoio ao setor. Quer dizer, nesse momento as linhas do BNDES estão inteiramente abertas, mas em função das necessidades que nos serão transmitidas pelas empresas do setor, o BNDES poderá, em função desses pedidos, dessas necessidades, construir um... um... uma formalidade de atendimento especial pro setor. Nosso sentimento, por enquanto, é que as linhas existentes atendem plenamente à necessidade do setor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, o que V.Exa. confirma seria a disposição de ter uma linha específica e de incluir nesta linha específica tratamento especial não apenas para fármacos e insumos, mas também para equipamentos hospitalares, inclusive para produção.

O SR. FRANCISCO GROS - Equipamentos hospitalares já têm a linha de FINAME, e já tá funcionando.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas, para produção?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Para produção de uma fábrica de equipamentos...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A fábrica de equipamentos. Não é o equipamento...

O SR. FRANCISCO GROS - Ah, a fábrica de equipamentos?

(Não identificado) - Perfeito.

O SR. FRANCISCO GROS - Estamos inteiramente abertos, e eu não tenho conhecimento de nenhum peito nesse sentido. Talvez o Dr. Ricardo possa nos ajudar no específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Ricardo, com a palavra.

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Pois não. Isso. *(Ininteligível)*, Sr. Presidente. Complementando o Dr. Gros, quando se faz exatamente o apoio, quer dizer, financeiro, principalmente esses projetos, quer dizer, futuros projetos da ABIQUIF para o setor de farmoquímico e medicamentos, inclui aqueles itens financiáveis pelo banco. Quer dizer, vai desde a parte de estudos e projetos, parte de obras, montagem, máquinas e equipamentos nacionais, tá, reforço do capital de giro, juros durante a implantação de carência do projeto... Quer dizer, todo remédio... a parte dos itens em geral, o banco realmente irá apoiar, tá?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Inclusive no capital de giro?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Inclusive no capital de giro, reforço para capital de giro, tá, obedecendo exatamente aos itens nossos operacionais, um determinado percentual em cima do... do ativo fixo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas os estudos para essa linha futura a que se referiu o Presidente dariam melhores vantagens, maiores incentivos do que os atuais, do FINAME, por exemplo?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Olha...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Há perspectiva disso?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Poderá. Mas depende de casa... de caso a caso. Se projeto, realmente, que já tem determinado porte, determinada escala, que necessite de um apoio complementar do banco, que tenha capacidade de pagamento, isso vai logicamente repercutir em cima de juros, em cima de prazos. Tudo depende do projeto. O que ele estiver iniciando que necessite de um maior aporte e de uma maior participação no financiamento do banco, terá. Tenho impressão de que cada projeto terá seu estudo específico, tá? Não se poder formar, realmente, um padrão. Agora, a princípio, dentro das políticas operacionais, como o Dr. Francisco Gros, Presidente, assim o falou.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Ministro, Sr. Presidente também, eu tenho por formação a idéia de não discriminar quem queira se implantar no Brasil, quer seja empresa nacional... Fui até Relator dessa emenda. Toda aquela que

trabalha no Brasil. É princípio constitucional. Então, eu não tô aqui com nenhum princípio de beneficiar uma área só porque é toda nacional ou porque não é. Eu sou favorável a que se aplique o critério constitucional. Agora, eu tenho uma apreensão, Sr. Ministro, e gostaria de ter a opinião de V.Exa., como do Presidente também, pra ver se talvez até nesse setor se pudesse fazer uma experiência nova. É que geralmente o incentivo, o financiamento da condição especial no Brasil tem gerado uma rua de mão única. O financiado ou o beneficiário se beneficia e faz o que quer depois. Até fecha a fábrica, transfere. Não seria o caso de, neste caso, na situação específica que estamos analisando, existir uma amarração talvez contratual ou quem sabe até legal, no sentido de que quem recebesse esses incentivos se obrigasse a determinadas metas de produção nacional, de escala de produção, de número de empregos etc, para que não se repitam as situações que infelizmente no Brasil têm se... Não é no caso do BNDES, mas de um modo geral, em que os incentivos servem para... Meia dúzia se beneficia e depois fecha a fábrica, e tudo fica por isso mesmo. Então, esse é um temor que eu tenho, de um modo geral, e estou adaptando ao caso que nós estamos discutindo aqui na CPI, para que essas facilidades, no bom sentido, esses incentivos, eles fossem dentro de uma ótica de mão dupla e não de mão única. O que que V.Exa. acha disso? E se, no caso do BNDES, já tem cautelas em relação a isso, que eu não esteja sabendo, por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Deputado Ney Lopes, o senhor tem razão, e isso é o que... Esse conjunto de condições é que o Dr. Ricardo disse que tem que ser examinado caso a caso. O mérito do projeto, e que pode levar a um julgamento do BNDES em relação a um prazo, a uma carência fixada à própria taxa de juros, é o conjunto de condições apresentadas no projeto. Então, na medida em que esse projeto contemple a compra de maior quantidade de equipamento nacional ou desenvolvimento de tecnologia, laboratórios de pesquisa, todos aqui no Brasil, ele estabelece, vamos chamar assim, uma espécie de uma pontuação pra determinar qual é o mérito que ele tem em relação a sua aprovação. Agora, uma vez estabelecido que essas condições influenciaram para que o BNDES pudesse julgar o projeto prioritário e mais meritório, as liberações se farão na medida em que o cronograma preveja o atingimento daquelas condições estabelecidas no projeto.

Então, se há o comprometimento da compra de determinado volume de equipamento nacional; há feitura de obras de infra-estrutura, de investimento; há fixação da contratação de determinada mão-de-obra; há aplicação de estudos e de pesquisa, na medida em que o projeto vai contemplando a sua implantação, esses itens estão sendo cumpridos, as liberações vão acontecendo dentro do cronograma previamente estabelecido. Quer dizer, essa, vamos dizer assim, constatação se faz na medida do cumprimento dessas etapas e que contemplam ou não a liberação de recursos. Então, esse acompanhamento é feito aí. Uma vez implantado o projeto, aí, daí pra adiante, como qualquer outro projeto, ele terá que se justificar necessariamente e terá a economicidade que deve ter. Então, o acompanhamento do BNDES é possível fazer até o nível da liberação dos recursos. O Dr. Francisco Gros talvez pudesse complementar.

O SR. FRANCISCO GROS - É... no que diz respeito especificamente às preocupações do Sr. Relator, os projetos do BNDES têm sempre exigências que dizem respeito à natureza do projeto. Por exemplo, exigências de comprometimento ambientais, quando é o caso; comprometimento de conteúdo de equipamento nacional, sempre; e cláusulas, por exemplo, de vencimento antecipado e transferência de controle, às vezes, até com multa. Ou seja, a hipótese levantada pelo Sr. Deputado de que se beneficia de um financiamento e depois faz as malas e vai embora, o mínimo que aconteceria seria um vencimento antecipado do empréstimo e a devolução imediata dos recursos adiantados pelo BNDES. Então, pode haver brechas nessa atuação, mas existe claramente uma preocupação de, uma vez apoiado o projeto, que ele seja acompanhado, na fase do acompanhamento... de implantação, como diz o Sr. Ministro, mas que também ele cumpra os objetivos que se propôs a cumprir quando apresentou o projeto ao BNDES.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É. Na verdade, Sr. Ministro, Sr. Presidente, o perigo mora justamente é depois que o projeto é implantado. Eu não quero aqui desconhecer o caráter dinâmico do avanço tecnológico que se projeta. Você não pode exigir que ninguém vá fabricar uma matéria-prima, ela sendo antieconômica, eu sei. Mas ocorrem muitas vezes certas manobras, que eu tenho refletido muito sobre elas — por isso que estou levantando aqui agora —, que é o seguinte: nós temos uma denúncia na CPI de que, por conta de um certificado de origem do MERCOSUL, estão entrando no Brasil produtos tidos como

industrializados no Uruguai, quando na verdade passam por uma pequena maquiagem no Uruguai. E se coloca aí um problema muito sério, que não é um problema brasileiro. Nós, aqui, não podemos legislar nem punir ninguém sobre isso, porque é um acordo internacional em que foi estabelecido que quem certifica são os parceiros do MERCOSUL. Você, pra enfrentar essa questão, tem que enfrentar primeiro o Tratado do MERCOSUL. Agora, imaginem uma empresa — como uma situação hipotética, né? — que se beneficia de um financiamento diferenciado para implantar uma indústria de fabricação de determinado insumo e depois... pra ela é mais conveniente trazer do Uruguai, por conta do MERCOSUL, e tornar... ou, então, comprar a si própria, via o MERCOSUL. E, no mínimo, o que se perde são os empregos... Ninguém sabe, por mais completa, aparentemente, que tenha sido a aplicação do recurso... Às vezes a própria maquinária pode destinar para uma outra atividade. Então, a minha preocupação é a seguinte: o senhor não acha que se deveria ter, do ponto de vista legal ou do ponto de vista contratual, pelo menos um pedido de explicação econômica convincente quando um financiado, mesmo depois de implantado o projeto, não atendesse durante um tempo preestabelecido — cinco ou dez anos — as metas de emprego, de produção local, de melhoria de qualidade, de pesquisa etc.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu... eu acho que o senhor tem razão. Eu acho que esse pode ser um aperfeiçoamento que nós podemos ter. Eu só queria reafirmar o que disse o Presidente Gros. É que, enquanto o financiamento não tenha sido liquidado, essas regras... enquanto esse financiamento não tenha sido liquidado, essas regras penais existem. Por quê? Porque você declara... Não cumprida alguma cláusula, você declara vencido antecipadamente o contrato. Você pode exigir que aquele cumprimento seja atendido etc. Após o cumprimento do pagamento do empréstimo... Realmente, nós não temos hoje, no BNDES, fora as regras normais de funcionamento... Por exemplo, o Presidente Gros se referiu às questões ambientais, mas elas se regulariam depois da liquidação do contrato pelas regras normais da legislação ambiental, por exemplo. Mas essas que justificaram o apoio, na medida em que o financiamento tenha sido pago, nós perdemos um pouco essa cláusula penal, vamos chamar assim. Mas eu acho que este é um aperfeiçoamento que o Presidente Gros poderia determinar à área jurídica do

BNDES que visse a possibilidade de que nós estendêssemos durante um período que o atendimento e a manutenção daquelas condições que justificaram o financiamento, não obstante já pago, que fossem obedecidas ainda durante algum tempo. Acho a idéia excelente e eu acho que nós devemos incorporar isso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Porque na verdade, Sr. Ministro, em resumo, o que quero dizer é o seguinte: uma linha de financiamento dessa tem alguma forma de repercutir no preço, no sentido pelo menos da sua estabilidade, sem negar a economia do mercado?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim, sem dúvida nenhuma. É o custo de implantação do projeto, é o custo de investimento.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O preço do produto que eu digo, do produto final.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Então, mas ele se refere ao custo do investimento inicial, para determinar no final a sua depreciação, que vai compor a formação do preço do produto, por menor que seja.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, o que eu quero dizer é uma coisa até difícil, mas eu estou tentando aqui exercitar a criatividade de todos nós.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Claro.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É o seguinte: se faz uma linha especial, dá-se incentivo. Como se ter alguma medida até legal ou contratual para ter um mínimo de segurança de que esse esforço do Governo, através do BNDES, vai estabilizar os preços, vai evitar essa subida quase que diária ou mensal que existe? Eu sei que é difícil, mas... Não é no contrato, mas numa norma legal, alguma coisa, porque o que a gente vê é que o financiamento vem e depois o produto final continua do mesmo jeito, às vezes até com preço mais alto.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É. Então, eu poderia lhe responder usando duas vertentes. A primeira é que, na medida em que o custo do investimento seja menor, ele se reflete de uma forma direta na formação do custo do produto final. Eu ainda não falo em imagem. A segunda vertente seria: se o mérito do projeto usou como argumento o fato de que, através da obtenção daquele financiamento, naquelas condições, pode ser determinado que um produto seja vendido dentro de tais e quais condições, nós podemos segurar, com a própria sugestão que o senhor fez, que no futuro este preço... porque era a condição estabelecida para obter o financiamento, seja mantida essa condição de preço

barato ao longo de um determinado tempo. Eu acho que isso dá pra incorporar também nessa sugestão que o senhor se referiu. Enquanto não pago o financiamento, sem dúvida nenhuma a cláusula penal seria exigida imediatamente, mas desde que essa condição tivesse sido imposta para a formação do preço do produto final.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Obrigado, Sr. Ministro; obrigado, Sr. Presidente; e ao Presidente da Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, nobre Deputado. Eu queria até, só na carona, perguntar: o BNDES tinha, no passado, linha de financiamento, Sr. Ministro, de financiamento a pesquisa a fundo perdido. Seria possível destinar alguma coisa pra institutos ou universidades pesquisarem aquilo que V.Exa. realçou aqui: a biodiversidade brasileira?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É, eu não sei se o Presidente Francisco Gros pode responder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Banqueiro não gosta de botar dinheiro em fundo perdido, nesse projeto.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - ...se temos a linha de fundo perdido. Eu francamente não sei responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - No passado houve, né?

O SR. FRANCISCO GROS - É, Presidente, o BNDES tem algumas linhas de apoio a fundo perdido, mas elas são para fins muito específicos. O senhor há de imaginar que a demanda é infinita, e a orientação que o banco tem é que o fundo social apóia essencialmente criança e adolescente, e os recursos a fundo perdido do banco são direcionados nesse sentido. O banco tem, sim, uma preocupação com pesquisa e desenvolvimento; tem, sim, linhas... taxas baratas para esse setor, mas não são a fundo perdido. E lembrando que o grosso, a quase totalidade dos recursos do banco são retorno de aplicações feitas anteriormente — 75% dos recursos do banco, no ano passado, foram fruto do retorno de financiamentos. Então, evidentemente, qualquer utilização de recursos a fundo perdido tem que ser limitada, sob pena de prejudicar o futuro do banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Dá para iniciar uma conversa, não com muita esperança, mas dá para iniciar. Eu queria justificar a ausência aqui dos Deputados Luiz Bittencourt e Vanessa Grazziotin, que

se encontram numa diligência, na cidade de Goiânia, em nome desta Comissão; e o Deputado Carlos Mosconi, que se recupera e não pôde estar presente hoje, justificando sua ausência com atestado médico. Tem a palavra o nobre Deputado Marcio Fortes, que nos honra com sua presença.

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES - Muito obrigado, Sr. Presente. Não sendo membro desta Comissão, eu agradeço preliminarmente a V.Exa. a oportunidade desta manifestação, que mais do que uma indagação é uma saudação ao Ministro Alcides Tápias e ao Presidente Francisco Gros. E também, em nome da Executiva Nacional do PSDB, essa manifestação vem no sentido de manifestar a absoluta confiança não só nos trabalhos, no resultado dos trabalhos desta Comissão, no relatório do Deputado Ney Lopes, como também nas conseqüentes ações do próprio Governo Federal e nas eventuais modificações de rumo para melhor que possa ter o próprio organismo BNDES, que aqui está participando desta audiência pública como continuidade de um trabalho parlamentar. O apoio político do nosso partido, o PSDB, ao Ministério dirigido pelo Ministro Alcides Tápias, à sua pessoa, como Ministro, e ao Presidente do BNDES, Francisco Gros, e sobretudo à instituição Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é o objetivo da minha manifestação. É manifestar que nós temos absoluta convicção que tudo aquilo que seja oferecido como esclarecimento, como denúncia, como transparência e sobretudo como sugestão será acatado pelo banco no aprimoramento das suas normas operacionais, das suas, enfim, atitudes, como instrumento de desenvolvimento, mais do que instrumento de operações financeiras bancárias. Lá no banco não existe fundo perdido; lá existe operação financeira não reembolsável. Tem uns eufemismos assim que querem dizer a mesma coisa, mas que traem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quer dizer que o Dr. Gros não disse toda a verdade? (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO GROS - Eu disse a verdade demais. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MARCIO FORTES - ...mas que traem a intenção do BNDES de ser, não apenas agora, mas com a manutenção da sua higidez financeira e da sua estrutura econômica intocadas, um permanente instrumento de desenvolvimento brasileiro. E que vai, enfim, orientando as suas prioridades, orientando as suas linhas de atuação de acordo com a necessidade que vai se apresentando no curso do processo de retomada do desenvolvimento brasileiro,

que não se limita à questão econômica. Portanto, eu queria, em nome do partido, em nome da Executiva Nacional e também em nome dos Deputados que compõem esta Comissão, da qual não faço parte, agradecer a presença de ambos, manifestar nossa confiança na ação de todos e particularmente enaltecer a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do seu Presidente, Francisco Gros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço a presença aqui, honrosa para nós, do Deputado Marcio Fortes e a sua intervenção. Não sei se o Sr. Ministro deseja tecer comentário sobre a matéria.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Só agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só agradecer. Feito o agradecimento, passamos desde logo ao próximo orador. Eu queria pedir aos Srs. Deputados que hoje eu não vou ter condição de ser tão generoso, porque tenho prazo para terminar. Então, eu vou tentar ver se nós podemos, cada Deputado, ficar em torno de 10 minutos, no máximo, para que todos os Deputados inscritos possam se manifestar. Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Obrigado, Presidente. Ministro Alcides Tápias, eu me lembro que, por ocasião da sua posse, V.Exa. se declarou um guerrilheiro da reforma fiscal, da reforma tributária. E... Não sei se é engano meu, mas me parece que essa reforma tá muito difícil de sair. Nós tivemos aqui, alguns dias atrás, o Secretário da Fazenda de São Paulo, que nos falou sobre os efeitos maléficos que a falta dessa reforma faz hoje ao Brasil, com essa guerra entre os Estados, que tem inviabilizado novos investimentos. Nos contou até alguns casos aqui de empresas que chegaram... uma empresa que chegou a gastar perto de 50 milhões de reais para se instalar em São Paulo, e antes mesmo de entrar em funcionamento já, praticamente, teve que desativar, porque uma oferta fiscal de um outro Estado inviabilizou a sua participação na concorrência de preços. Dentro de um processo de desenvolvimento, dentro de seu Ministério, como ficaria isso? Porque me parece que V.Exa. tá perdendo essa guerra da reforma tributária. Aliás, me incluiria como derrotado, junto com o senhor aí, porque não vejo mesmo condições de ela vir a curto prazo. Um processo de desenvolvimento, numa guerra entre os Estados, sem um processo de desconcentração industrial, como fica isso, Ministro?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Deputado, eu tenho a impressão de que nós conseguimos fazer uma evolução muito grande no tratamento desse tema junto da Comissão Especial que foi criada aqui na Câmara, em contato com a comissão que o Executivo determinou, da qual eu faço parte, que acompanhasse esse assunto, e mais os... a comissão dos Secretários de Fazenda dos Estados. Nós conseguimos vitórias importantes, como a decisão de ter para os Estados uma legislação absolutamente uniforme, diferentemente daquilo que nós temos hoje. Nós assumimos consenso de fazer a transição da base de cálculo do Estado produtor para o Estado consumidor. Nós definimos uma alíquota uniforme em todos os Estados para a questão do ICMS. Enfim, nós evoluímos nessa comissão e nessa discussão para uma série de pontos que, ao início das reuniões, eram considerados extremamente complicados e de consenso extremamente difícil. Hoje nós estamos situados nessa discussão, no aspecto de como nós conseguimos fazer constar da Constituição o aspecto de cumulatividade ou não-cumulatividade na cobrança das contribuições sociais. E evidentemente o senhor, naturalmente, sabe disso melhor do que eu, tem a experiência que eu não tenho, que outras prioridades, do ponto de vista político, se colocaram, e essas discussões estão, vamos dizer assim, proteladas, e estão... é... é... em compasso de espera, pra que essas negociações sejam retomadas. Quer dizer, eu não vi ainda nenhum tipo de dificuldade que... fora essa de se ter uma boa solução para constar na Constituição, porque é isso que nós "consensuamos" nas nossas discussões, o aspecto de cumulatividade ou não-cumulatividade das contribuições sociais. Eu sei que de lá pra cá muitos juristas foram ouvidos, muitas contribuições aconteceram, conversas informais, da quais eu próprio tenho participado, com membros da Comissão... Nós estamos tentando encontrar algumas soluções, mas, evidentemente, essa pauta volta, eu acredito, nos próximos dias, tão logo sejam superadas as questões de orçamento, salário mínimo e outras discussões que tomaram a atenção do Parlamento durante todo esse tempo. Eu queria só lhe dizer que me considero ainda guerrilheiro nesse assunto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu quero elogiá-lo por essa... por essa garra em defesa dos seus... do... do... Porque eu sei que é verdade. Eu lhe conheço faz tempo, e o senhor realmente defende disso. Mas, lamentavelmente, conversando um pouco com o Ministro da... com o Secretário da Fazenda de São Paulo, aqui, nós vimos quanto isso hoje é prejudicial ao País, não é? Porque, na

medida de que aparecem os incentivos estaduais, na verdade quem perde é o conjunto do recebimento. Mas, Ministro, um laboratório presente aqui, um multinacional, se não me engano o Glaxo Wellcome, nos disse que todas as operações que eles têm feito aqui na América do Sul são feitas através de uma **trading** que se localiza no Uruguai. Com a experiência que o senhor tem, eu gostaria de saber se isso, de alguma maneira, poderia prejudicar o Brasil aí no aspecto financeiro ou tributário.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, eu acredito que não. Todas as operações são feitas dentro das regras estabelecidas no Tratado do MERCOSUL. Então, a movimentação de mercadorias que existe dentro dessas regras, e não há, em relação a nenhuma empresa, nenhum tipo de exceção. Quer dizer, todas as empresas que desejarem fazer movimentações dessa natureza podem fazer obedecendo as regras do MERCOSUL, às quais o próprio Brasil também se submete.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ministro, a Lei de Patentes, ela é recente no Brasil — poderemos considerar como recente no Brasil. E, com isso, ainda hoje os seus efeitos são mínimos. Com a descapitula... a descapitalização, os altos juros bancários, as dificuldades de concorrer com os importados, né, não só com os insumos importados, mas com os produtos acabados importados, eu acredito que, com o passar do tempo, o efeito dessa Lei de Patentes... ela tende a se agravar, né, e os ganhos obtidos com a política industrial de curto prazo acabam se diluindo com o passar do tempo. Então, eu lhe pergunto: o seu Ministério tá raciocinando nesse sentido? Existe algum projeto disso? Existe algum plano pra investimentos em pesquisa? Aí, sim, a fundo perdido? Porque os laboratórios brasileiros hoje fabricam alguns produtos aqui, importam muitos acabados... Aliás, os multinacionais hoje, nós observamos, que têm importado produtos acabados, né, compram os seus insumos, das suas fábricas, e compram pelos preços que as suas matrizes determinam, Ministro. Alguns... eles não consideram isso como superfaturamento. Eles consideram isso como um direito por terem a patente daquele produto. Não vêem porque comprar de outro laboratório, a não ser do seu próprio, né? Como é que o seu Ministério... vê essa situação?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha, a Lei de Patentes que nós temos, ela, como o senhor próprio se referiu, é recente e está em pleno, em pleno funcionamento. O fenômeno que o senhor coloca é um fenômeno muito mais

derivado no passado do desequilíbrio cambial que existia entre dólar e real, o que tornava muito mais...viável a importação e a fabricação desses produtos no exterior do que fabricá-los dentro do País. Essa situação, que foi alterada a partir de janeiro do ano passado com a desvalorização do real em relação ao câmbio tornou novamente atrativa a fabricação desses produtos dentro do Brasil, dado que grande parte dos insumos são feitos em reais. E o câmbio, agora como está, torna quase inviável economicamente a importação de produtos acabados. Então, esse fenômeno deve fazer com que economicamente a fabricação dentro do País se torne muito mais viável do que foi no passado, e essa situação, de fato, se inverta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu ainda tenho algum tempo, não é...Presidente? Só pra concluir o raciocínio, pra não deixar no ar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu estava querendo não passar de dez minutos, pra eu poder "oportunizar" a todos os Deputados de perguntarem. Se V.Exa. concordar...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não, só pra fechar o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Então, V.Exa. pode fechar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ...fechar o meu raciocínio, porque é...é interessante notar que com abertura comercial, não é...teve o condão de reduzir as alíquotas dos impostos de importação, né?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E trouxe ao mercado os produtores asiáticos, baixando violentamente os preços. E paradoxalmente os preços dos medicamentos teve um aumento brutal correspondente a quatro vezes... se levarmos em consideração a relação com...que os insumos tinham na...quando da sua importação. Então, veja que não é bem assim, Ministro. As importações continuam crescendo. E o senhor deve estar tendo isso à sua mesa diariamente, com o déficit da balança...da balança comercial, né? Então, não está acontecendo isso, é um fenômeno...Inclusive, eu queria alertá-lo pro seguinte: nos casos de financiamento do BNDES, eu acho que o BNDES deveria, na análise dessa ficha do cliente...que está solicitando empréstimo, levar em consideração os valores das importações, porque não...senão nós estaremos financiando alguém que superfatura nas importações, né? Nós estaríamos duas vezes mandando dinheiro pra fora, Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim. Não, sem dúvida nenhuma, uma das razões do BNDES apoiar qualquer investimento nessa direção, que o Presidente Francisco Gros citou aqui, seria de substituir importações. Caso contrário, evidentemente, o BNDES não daria o dinheiro na...na situação que o senhor descreveu.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E a SECEX, né, Ministro, que poderia...controlar...os preços durante o processo de licenciamento das importações. Eu não sei se a SECEX ainda faz isso, mas ela...a CACEX me parece que fazia. Não me lembro bem.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É. Agora, as regras são outras. Nós esclarecemos, na última vez que estivemos aqui...nós não temos instrumentação...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ela não pode negar o licenciamento?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não posso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ah! Ministro, mas isso é...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Então...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Teria que ser...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Pois é, mas esse...eu não tenho instrumentos, além da arbitrariedade, que não é um instrumento legal...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Pois é, mas isso...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - ...pra poder adotar nessas condições.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ...isso é assunto desta Comissão...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim, sem dúvida nenhuma. E nós nos colocamos à disposição. Essa Comissão, que se reúne em conjunto com os assessores que os senhores determinaram, busca encontrar solução pra esse problema, que nós também queremos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado; obrigado, Ministro. Tem a palavra o nobre Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)* Ausente S.Exa. Tem a palavra o nobre Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Deputado Nelson Marchezan, Presidente, Deputado Ney Lopes, Ministro, Sr. Presidente do Banco Central...até sendo um pouco repetitivo, acho que o assunto já quase que vai se

esgotando pela...pela repetição, né, mas eu gostaria que fosse reforçado o seguinte aspecto: que o Brasil...ele vem importando uma quantidade significativa, Ministro...significativamente maior de produtos já acabados, né? Isso gera um enorme déficit de balança. Inclusive, em razão disso, os investimentos em pesquisa...na indústria farmacêutica aqui no Brasil têm sido proporcionalmente muito menores e quase...eu...quase inexistentes, eu diria. A pesquisa, no Brasil, da indústria farmacêutica, ela é...carece de...realmente de incentivos. Então, qual a preocupação do Ministério em relação a essa situação, objetivamente, Ministro?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha...nós citamos aqui...e posso lhe dizer que o pólo de cosméticos, por exemplo, tem sido estimulado a se instalar na região amazônica, pra aproveitar e...desenvolver a biodiversidade existente lá. O que não impede a instalação de laboratórios ou de postos de pesquisa e desenvolvimento em qualquer outra parte do País. O investimento que é necessário pra isso conta com o apoio de linhas do BNDES, na medida em que sejam trazidos pra cá. As universidades têm sido estimuladas a participar disso, de modo que todo o esforço tem sido canalizado para tanto. Eu gostaria...e lamento muito a ausência do Ministro Sardenberg hoje aqui, porque o Ministério de Desenvolvimento e o da Ciência e Tecnologia desenvolveram um acordo operacional, já a alguns meses atrás, em que nós pretendemos incorporar todos os avanços e toda última informação disponível no aspecto tecnológico, para nortear as nossas decisões a propósito desse assunto. E neste aspecto nós trabalhamos em conjunto com ciência e tecnologia. Agora, evidentemente, como se trata de trabalho de pesquisa, é sempre um trabalho de fundo, é um trabalho de longo prazo. Significa...você se cercar de pessoas de notório saber. E esta fixação demanda tempo, demanda tradição, demanda investimentos de longo prazo. Ela...na indústria farmacêutica, ela se concentrou infelizmente em outros países. E nós somos, de certa maneira, caudatários desse processo. Pra que nós tenhamos condição de iniciar aqui novamente, é preciso que um plano seja feito nessa, nessa direção. Eu tenho toda boa vontade e darei todo o melhor do meu esforço, no sentido de apoiar qualquer iniciativa dessa natureza. Agora, ela tem que vir acompanhada, necessariamente, do processo industrial, comercial. Porque a pesquisa, em si mesma, ela só se traduz e ela só se...ela só acontece, se ela resulta num produto que a sociedade acaba se beneficiando. Então, é preciso associar as duas coisas: pesquisa e desenvolvimento e o investimento pra produção de produtos. Se no caso dos

genéricos, aqui nós já vimos...comentamos na reunião passada, estamos abertos, ávidos por encontrar empresários que queiram fazer esses investimentos, no sentido de apoiar e ter resultado, o mais rápido possível, dentro dessa política de fabricação de produtos a baixo custo, pra poder atender a população carente, etc, como tem sido colocado aqui nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Vou ser mais uma vez...repetitivo, mas eu gostaria de reforçar alguns aspectos de...em relação à capacidade de pesquisa do Brasil e às universidades federais. Nós temos...sem sombra de dúvida, uma carência de pesquisa aqui no Brasil, que nos tem colocado, em suma, nessa situação de dependência praticamente total e absoluta dos países desenvolvidos. É inacreditável e...porém, até em diligências que nós fizemos, em visitas que nós fizemos ao Instituto Butantã e alguns outros, em algumas outras ilhotas perdidas aí nesse mar chamado Brasil, aonde ainda se tem um pouco de...de pesquisa, o pessoal brigador, o pessoal que exporta conhecimento...nós estamos realmente preocupados, é uma das pré-conclusões que essa Comissão Parlamentar de Inquérito chegou, com certeza — o Presidente confirma isso, o próprio Relator confirma isso; acho que todos os titulares e suplentes desta Comissão também confirmam isso —, da necessidade de um relacionamento mais estreito, de uma via de financiamento para as universidades federais, que são os nossos maiores centros de pesquisa.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Como o senhor vê e como está esse relacionamento do Ministério da Educação com as nossas universidades federais, com o seu Ministério?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha...no próprio BNDES, o Presidente Francisco Gros havia citado que nós temos duas linhas de direcionamento de recursos, inclusive pra essas fundações que estão dedicadas ao estudo e o apoio, inclusive do trabalho feito nesta Comissão. Talvez o Dr. Francisco Gros pudesse citar...no apoio ao...a equipamentos feitos a essas fundações, às questões de financiamento, para que elas possam desenvolver novos produtos, etc. Por favor.

O SR. FRANCISCO GROS - Deputado, além do financiamento a equipamentos, sobre o que eu falei antes, o senhor toca num ponto...que tem sido bastante levantado e muito particularmente pelas universidades do Paraná, qual

seja a disponibilidade de recursos do BNDES, para financiar universidades públicas, universidades federais. E a posição do BNDES, que tem respondido a todos esses questionamentos, tem sido no sentido de que, até esse momento, não tivemos...pedidos enquadráveis por parte das universidades federais. Essa tem sido a resposta automática. Conversamos bastante. E, portanto, que os financiamentos a universidades têm sido direcionados para as universidades privadas, tá certo? E daí tem surgido todo um questionamento. A decisão que nós tomamos foi de...tomar a iniciativa e buscarmos o entendimento junto com as universidades e especialmente com o Ministério da Educação, pra buscar...verificar exatamente o que que está impedindo o encaminhamento de projetos que possam ser financiados pelo banco. Ou seja, em vez de ficarmos passivos e dizermos: "Olha, não surgiu nada", na medida em que está havendo um questionamento, está havendo levantamento de uma dúvida, nós estamos saindo em campo, pra identificar o problema e verificar o que que precisa ser feito a nível do BNDES, para que possa haver um financiamento mais efetivo das universidades federais. No específico. No mais genérico, conforme o Ministro já disse e eu também, a preocupação com o financiamento à pesquisa e desenvolvimento é uma preocupação muito clara do Ministério e do banco. E nós tamos inteiramente abertos para estudar e procurar, junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com a FINEP, maneiras de apoiar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento no País.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Finalizando, eu...assim, é surpreendente até ouvir o Presidente do Banco Central dizer que...do BNDES, desculpa, desculpa...em relação a...a essa situação do Ministério da Educação e Cultura não ter...o Ministério da Educação não ter-se preocupado em relação a solicitar vias de financiamento para as universidades federais. Eu acho que esse inter-relacionamento nessa esfera, eu acho que tem que ser...é surpreendente essa manifestação.

O SR. FRANCISCO GROS - Não. Deputado, não é do Ministério, ou seja, não tem havido...pedidos encaminhados pelas universidades. E nós tamos buscando o Ministério, para juntos encontrarmos uma solução. Não é que o Ministério não tenha tomado iniciativa. Os pedidos são encaminhados pelas próprias universidades. E não chegou ao BNDES nenhum projeto enquadrável de universidades federais. É esse o tema que nós estaremos buscando. É um pouco fora do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu posso intervir? Eu acho que aí devia haver...Nós até pensamos em trazer o Ministro Paulo Renato aqui. Eu acho que aí tem que haver uma espécie de convênio, né? Porque normalmente o BNDES emprestaria pras universidades, mas o Ministério assumiria o encargo de pagar posteriormente os projetos. Mas eu acho extremamente oportuno o que o Deputado Vicente Caropreso tá suscitando. Não tenho a menor dúvida. E a gente pode pressionar o Ministério da Educação a dar cobertura às universidades. Muitas vezes falta a algumas universidades até iniciativa.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Pois é, porque...entende? Se tem...se tem vontade do agente financiador, e parece que não há...o que tá sendo colocado me parece que não há um alerta para os que devem fazer isso, ou seja, para os focos de pesquisa. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas não é só nesse ponto que essa CPI tá suscitando coisas novas. Eu acho que é a parte criativa que nós tamos contribuindo com a intervenção de V.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O nobre Deputado Henrique Fontana estava aqui um pouquinho antes de ser chamado. Estava aqui logo depois. Se os Deputados subseqüentes não reclamarem, eu vou fugir da regra de dar a palavra em último lugar, pra dar a palavra imediatamente ao Deputado... Tem V.Exa. a palavra, então.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Presidente. Agradeço a compreensão dos colegas. E justifico que só sai três minutos, pra atender um telefonema. Quero cumprimentar o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Alcides Tápias, cumprimentar o Dr. Gros, Presidente do BNDES. E quero aproveitar esta oportunidade, pra fazer uma reflexão que eu tenho incluído em todas as vezes que sou chamado a abordar o tema do chamado mercado de medicamentos e as dificuldades que nós temos debatido na CPI. Primeiro, é evidente que todos os estudos, reflexões e avaliações desta CPI indicam que o mercado privado que atua na área de medicamentos é um mercado fortemente manipulado por um cartel, que determina lucros abusivos na venda deste produto essencial à vida e essencial à saúde pública. E muitas opiniões convergem para o ponto, Sr. Ministro e Dr. Gros, de que existem duas formas de diminuir o impacto deste cartel sobre o preço final desses produtos. Uma, evidentemente que é a que todos nós lutamos

prioritariamente, é ampliar a distribuição e o fornecimento de medicamentos pelo sistema público de saúde e pelo SUS. Esta é a principal, mais importante, mais fundamental. Mas em não se conseguindo fazer uma distribuição universal que proporcionasse toda a necessidade da população, vem um segundo tempo, que é gerar um mercado efetivo na área e na parcela de venda de medicamentos. Este mercado hoje é estimado, segundo os debates que temos feito aqui, algo em torno de 10 bilhões de reais por ano de venda de medicamentos, que está entregue, senão totalmente, quase que totalmente, aos laboratórios privados, às suas distribuidoras, etc. Nós temos convicção — e por isso dirigimos essa pergunta e esta reflexão ao Ministro e ao Diretor do BNDES — de que, se nós gerarmos uma oferta de medicação produzida por laboratórios públicos, para a venda no mercado, inclusive, uma alternativa de venda de medicamentos...números todos trazidos à CPI indicam que, numa hipótese conservadora, no mínimo, esses medicamentos poderiam ser vendidos a um terço do preço dos medicamentos vendidos pelos laboratórios que estamos investigando na CPI. E aqui falo especialmente da lista essencial de medicamentos, que cobre...pode resolver 90% dos problemas de saúde da população. Mas nós temos uma contradição hoje no nosso País: existe uma determinação política do atual Governo — e me dirijo ao Ministro evidentemente, que é Ministro de uma pasta, mas fala em nome do Governo —, há uma determinação do Banco Central hoje, uma resolução do Banco Central que proíbe o financiamento de bancos públicos para empresas públicas. Então, nós inclusive...digo aqui a título de exemplo: no Rio Grande do Sul, construímos uma fonte de financiamento, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para hospitais, conseguimos emprestar pra hospitais filantrópicos e pra outros hospitais, e quando fomos emprestar pra hospitais municipais, o BANRISUL estava proibido de fazer este empréstimo por esta resolução. Se o BNDES hoje quisesse financiar o Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul ou todos os outros laboratórios públicos do País, por esta resolução ele está impedido. E eu não tenho dúvidas, Sr. Ministro, de que, por mais esforços que nós façamos — e aí entro na pergunta que fez o Relator — de que, em proporcionando um financiamento aos laboratórios privados, em condições, vamos dizer assim, privilegiadas, porque é disso que se trata quando buscamos um fomento como o do BNDES, eu tenho muito pouca segurança de que esses laboratórios vão diminuir o preço final dos seus produtos, porque eles têm dado demonstração clara de que operam com

lucros abusivos. Então, se eles já operam hoje com lucros abusivos, eles não estão deixando de rebaixar os preços por falta de um financiamento de um banco e nas condições do BNDES. Então, aquilo que nós como gestores de um banco público, o BNDES, devemos fazer, na minha opinião — e, por isso, faço a pergunta a V.Exa. —, é exatamente reforçar a fatia de financiamento de recursos disponíveis no BNDES para os laboratórios públicos, pra que eles possam ampliar a sua produção, que é o que nós queremos fazer no LAFERGS, no Rio Grande do Sul, não para distribuição, Ministro, pelo SUS simplesmente, mas para vender medicamentos, concorrendo com o medicamento do laboratório privado. Então, se nós pudermos duplicar a produção do LAFERGS, do Far-Manguinhos, da FURP e de tantos outros laboratórios públicos, e gerarmos um mercado onde, por exemplo, desses 10 bilhões de reais de venda anual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Fontana, queria advertir V.Exa...você já ocupa o tempo por seis minutos. V.Exa. não vai ter tempo de receber a resposta. Normalmente, seis minutos é o máximo de questionamento do Deputado. Eu peço que V.Exa. formule a pergunta. Nós temos prazo limitado. Peço escusa a V.Exa.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu agradeço a vossa...lembrança aqui do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu, então, dizia ao Ministro e ao Dr. Gros que, se destes 10 bilhões de mercado privado de medicamentos hoje no País, nós conseguíssemos gerar uma concorrência em...por exemplo, um ou dois bilhões de reais dessas vendas fossem feitas por medicamentos produzidos nos laboratórios públicos, a um terço ou a 35%, a 25% do preço vendido pelos laboratórios privados, seguramente nós teríamos um freio pra este lucro abusivo destes laboratórios, com um mecanismo de mercado inclusive. Então, a pergunta que eu faço é: primeiro, se o Ministro concorda com a necessidade de suprimir, no caso, de revogar a resolução do Banco Central e se empresta o seu apoio político a esta busca; segundo, se o BNDES tem ou prepara uma fonte de financiamento para os laboratórios públicos ampliarem a sua produção de medicamentos com esta finalidade que eu coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Olha, eu...pra resumir, eu vejo duas colocações que o senhor faz. Se os laboratórios públicos deveriam ter ou não uma espécie de monopólio para a produção e o fornecimento de remédios públicos. Na última vez que estive aqui, eu disse: nós devemos estimular a iniciativa privada a, dentro de regras normais de mercado, a produzir os produtos genéricos. E nós, Governo, devemos criar condições pra que a iniciativa privada possa atingir esse objetivo. Do ponto de vista de laboratórios públicos produzirem, nós dissemos que em alguns casos, respeitadas certas condições, isso se justificava, inclusive para que houvesse, em relação ao preço praticado, um paradigma de comparação. De modo que, através de um laboratório público, nós soubéssemos compor a cadeia de custo de produção, pra saber exatamente se estaria havendo ou não abusos nessa produção e distribuição de remédios. E aí o Governo ter condições de agir. Eu continuo achando que esta é a melhor solução: ter paradigmas, alguns laboratórios públicos que façam a produção, pra ter esse tipo de comparação.

Mas a grande produção, o grande atendimento deve ser feito por laboratórios de iniciativa privada, concorrendo entre si, dentro de regras absolutamente isonômicas em relação a todos eles. A segunda questão que o senhor coloca é uma regra que o Banco Central tem e que é oriunda de uma decisão do Conselho Monetário Nacional, que não proíbe, mas estabelece limites dentro dos quais os financiamentos podem ser feitos a entidades públicas. A razão disso é de que toda entidade pública, nos seus investimentos, deve utilizar verbas orçamentárias dentro do contexto do País, para o seu desenvolvimento e custear os seus investimentos, enfim, toda a sua operação. Qualquer processo de tentativa através do financiamento de um investimento pra entidade pública deve estar contido dentro de certos limites, pra que você possa ter o ajuste fiscal nas contas públicas sob um controle absoluto e dentro de um caráter saudável que todo ajuste fiscal e todo controle de contas públicas tenha que ter. Por essa razão é que qualquer investimento que extrapole esses limites que são estabelecidos pelo próprio Conselho Monetário tem que ser submetido ao Conselho Monetário, para verificação, se há possibilidade de excepcionar aquele tipo de investimento dessa regra geral ou não. O próprio BNDES possui esses limites em relação a vários tipos de atendimento. Alguns casos, o BNDES, dentro do limite, faz com naturalidade o apoio a esses financiamentos. Em outros casos que ele julga importante fazer o

financiamento, ele submete ao Conselho Monetário Nacional, que examina essa excepcionalidade. Alguns casos, tem autorizado e em alguns casos tem recusado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Ministro. O tempo de V.Exa. tá esgotado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Para concluir, um minuto, cravadinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um minuto, cravadinho, porque V.Exa. está tomando o tempo de...eu não vou poder dar a todos os Deputados a palavra. Peço que V.Exa. compreenda.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, primeiro quero aproveitar a oportunidade e solicitar formalmente ao Dr. Gros uma audiência, pra que nós possamos discutir este tema do financiamento dos laboratórios públicos. Segundo, pedir ao Ministro que repense essa situação, porque, na verdade, o que há hoje é uma discriminação contra os laboratórios públicos, porque se parte talvez do pressuposto de que o laboratório público não fosse pagar o empréstimo ao BNDES. O empréstimo será pago...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. não tá questionando.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, eu acho que eu falei...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - ...e nós não devemos priorizar o laboratório privado em relação ao público.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Não, não é isso. Não é isso, e eu acho que eu...acho que eu expliquei isso de uma maneira bastante clara. Do ponto de vista filosófico, do ponto de vista da presença do Estado ou não na produção, se queremos caminhar numa discussão por aí, eu acho que se justifica, pra que o Estado tenha, **lato sensu**, paradigma da cadeia de custos, pra saber como se constrói e se fixa o preço final do produto. A atividade produtiva neste País ainda é da iniciativa privada. Isso eu lhe disse com todas as letras e todas as palavras que é a minha opinião. No tocante às outras regras que o senhor colocou, dependem de decisão do Conselho Monetário Nacional. Quer dizer, eu estou submisso, como Ministro, o Banco BNDES está submisso, na aplicação dos seus recursos, a essas regras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Deputado; muito obrigado Sr. Ministro. Eu peço escusas porque tenho que interromper. Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro Alcides Tápias e Presidente do BNDES, Dr. Gros, a CPI...ela mandou algumas perguntas para a Secretaria de Comércio Exterior. E elas foram respondidas. Entretanto, eu creio que, para nossa melhor compreensão, eu quero fazer ao Ministro algumas perguntas. Veja: a pergunta é se a Secretaria realiza o controle ou o monitoramento de preços durante o processo de licenciamento de importações. Foi respondido que a SECEX realiza apenas um acompanhamento de preços do mercado internacional para determinados produtos. E aí segue a resposta, mas aqui é suficiente, pra fazer a seguinte pergunta: na sua opinião, a SECEX não deveria fazer também o acompanhamento de preços para a questão de medicamentos, no que diz respeito tanto a insumos ou até mesmo à própria importação de medicamentos acabados? A outra pergunta: veja...ao ser perguntada se a SECEX...ela tinha a prerrogativa de negar o licenciamento, no caso de preços apresentados pelo importador estar fora dos parâmetros previamente determinados, foi respondido que, no passado, a SECEX tinha essa prerrogativa. E fala que, naquela época...fala o seguinte: "A SECEX executa a atribuições previstas no decreto tal. Em sua maioria, essas funções são oriundas da Carteira de Comércio Exterior, desativada em 1990". Aí fala: "Naquela época" — eu presumo que era por volta, portanto, de 90 — "existia a prerrogativa de negar a emissão de guia de importação, em casos em que o preço da importação estivesse fora dos parâmetros praticados no mercado internacional". Na continuidade, deixa dúvida. Aqui fala, olha: "A partir de 95, após a aprovação de acordos, a Rodada Uruguai...a verificação do valor de importação foi confirmada entre as atribuições dos órgãos aduaneiros". Eu não sei se aqui tiveram um certo preciosismo de contar a história por inteiro. A pergunta que eu faço é: a SECEX hoje tem ou não essa atribuição de negar guia de importação, caso o preço esteja fora do previamente determinado? Por que que tô insistindo nesse ponto? Veja, o Brasil aumentou a sua remessa...o Brasil, não, as empresas multinacionais instaladas no Brasil aumentaram as remessas de lucro para o exterior de 1,5 bi para 7 bi, mais de 7 bi, num curto espaço de tempo, aproximadamente cinco anos. Bom, portanto, é totalmente do interesse do País que não haja, digamos, remessa de lucros ilegais ou abusivos

para o exterior. Então, essas duas perguntas dizem respeito a isso. Continuando, Sr. Ministro. A idéia do guerrilheiro, ela é instigante. Pegando a história, é guerrilheiro quem é minoria, quem não tem, digamos, a maior arma organizada e, portanto, parte-se de um ideal e luta-se com o que tem. Pelo menos é a minha impressão.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Eu concordo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Essa sua guerrilha, ela diz respeito apenas à reforma fiscal e tributária ou nós podemos ampliá-la no sentido...por exemplo, quer dizer, o Brasil, ele vem sendo...as várias políticas, elas são escravizadas pelo câmbio, né? Então, a situação do Brasil hoje, após a desvalorização cambial, é completamente outra. E aí não temos saída. Veja, querendo ou não, importação ficou muito mais difícil, e o esforço ainda não concretizado seria de aumentar as exportações. Nessa idéia, portanto, de uma luta, no que diz respeito à indústria química e à indústria farmacêutica — particularmente a farmacêutica é um cartel mundial —, o Brasil é totalmente dependente de tecnologia de outros países. Sem nenhuma xenofobia, mas não tem exército que consiga segurar, digamos, a segurança nacional, não tem povo também que conseguiria, se não tiver, por exemplo, medicamentos. Causa uma rebelião popular. E, nesse sentido, a sua guerrilha vai até o ponto de desenvolver a pesquisa na indústria química e na indústria farmacêutica no Brasil? Porque veja, se for apenas para propiciar que a iniciativa privada tenha financiamento, vai ganhar muito dinheiro, porém, com remédios atrasados, que caíram da patente, moléculas antigas. Evidentemente que isso cumpre um papel, porém, muito limitado, se nós pensarmos uma política industrial, para que o País, também na questão de medicamentos, atinja uma condição de soberania nacional. A pergunta, portanto, é: a sua guerrilha vai ao ponto de fortalecer, ainda que não seja a atribuição específica do seu Ministério, mas eu digo conceitualmente, filosoficamente, se vai até o ponto de desenvolvimento da pesquisa nacional. E aí eu quero também entrar, como outros Deputados fizeram, na questão de laboratórios oficiais. A própria representante da indústria, do setor farmacoquímica, ABIQUIF, ela fez a defesa aqui de que as universidades...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu vou também advertir V.Exa., que ocupou já mais de seis minutos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô pedindo aos Deputados dez minutos, pra poder encerrar no tempo aprazado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu só concluo essa frase. Defenderam que a academia, por ter massa crítica e equipamento, deveriam ser estimuladas a fazer a pesquisa, evidentemente ele defendendo aí o setor privado industrial, com o qual, digamos, eu até falei: "Olha, essa defesa, ela peca porque é um equipamento público, dinheiro público, pra financiar a iniciativa privada". Mas ressaltando, eu pergunto: o senhor não acha que, com aquela pergunta anterior, de desenvolvimento e pesquisa, nós deveríamos priorizar laboratórios públicos, oficiais, de universidades, pra gerar emprego e conhecimento no Brasil? Obrigado.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É. Eu vou tentar ser o mais conciso e o mais rápido possível, pra responder às questões. Sobre o monitoramento da SECEX em relação à importação de genéricos, naturalmente a sua preocupação está voltada ao superfaturamento ou coisa do gênero. Nós já tínhamos dito: não temos os instrumentos legais, montamos uma comissão com os assessores dos senhores, Deputados, com o nosso pessoal, no sentido de tentar ver como nós podemos tratar esse assunto. Quer dizer, o acompanhamento de preços que nós fazemos...ele, embora possa existir, ele não nos dá a possibilidade de negar a importação, nós temos que fazer o registro. O que, sim, que se pode fazer, isso faz parte de todo processo é: onde houver indícios de superfaturamento, nós fazemos as perguntas, examinamos os papéis, etc. e depois de caracterizado um eventual superfaturamento, evidentemente é a questão que se coloca, é aplicar a lei, que é específica em relação a isso, seja na questão da subtração de impostos, seja na questão de remessa ilegal de moeda pro exterior. Quer dizer, então, a legislação existe, mas evidentemente há necessidade de que você forme um processo, que você objetivamente caracterize o fato, pra poder aplicar a lei. Nós não podemos negar o fornecimento de guias de importação e fazemos o registro. Quando o senhor se refere ao aumento nas importações, isso é verdade, e a sensação que eu tenho é muito mais fruto do desequilíbrio cambial que nós vivemos até o final do ano passado, em relação ao momento em que nós vivemos agora. E eu acredito que economicamente seja mais...interessante, mais barato, produzir hoje os mesmos produtos aqui. Evidentemente, o retorno dessas instalações industriais ou

a decisão — são empresas multinacionais — em voltar a fabricar dentro do Brasil demanda algum tempo, e nós temos um ano decorrido do ajuste cambial, que aconteceu no ano passado. E eu acredito que isso virá com a naturalidade, pelo aspecto de concorrência também. Quando o senhor se referiu à questão da guerrilha, concordo com a definição que o senhor deu. É um pouco o que representa o meu próprio temperamento, quer dizer...eu prefiro ter um trabalho muito mais feito...pessoa a pessoa, pra divulgar as idéias, pra fazer a colocação dos meus argumentos, etc. do que uma exposição maior na mídia. Isso, enfim, em alguns momentos, é uma qualidade, em alguns momentos eu sei que é um defeito também, na função pública que eu tenho hoje. Mas enfim, depois de ter ficado razoavelmente velho, é muito difícil você mudar o temperamento, faz parte da personalidade da pessoa. Em relação ao assunto da reforma tributária, ele se insere nesse processo e evidentemente, se nós tivermos uma boa solução pras regras de reforma tributária, ao lado, nós vamos conseguir também encontrar soluções que evitem essas questões sobre...a questão do superfaturamento.

Quanto ao aumento de exportação, evidentemente que o fato de trazermos pra cá, estimularmos novas instalações industriais, no tocante à parte química, no tocante a remédios, isso evita que se gaste o dinheiro com a importação desses equipamentos, o que se pode traduzir, em outras palavras também, como essa substituição representaria um acréscimo de exportação. Nós pretendemos atuar nisso, sim, e estimular que haja investimentos que se dediquem também à exportação. Pelas regras da Organização Mundial do Comércio, nós não podemos fazer nenhuma vinculação entre qualquer investimento feito no País condicionado à exportação. Mas evidentemente as próprias regras de mercado, que podem estimular condições de fabricação aqui a preços menores, e que adquira condição natural na exportação, esse caminho será trilhado com naturalidade pela própria economia. No tocante à utilização de patentes antigas, evidentemente...isso é uma condição comercial, nós temos que respeitar o direito autoral, o direito a quem desenvolveu aquela patente...que tenha possibilidade de explorar comercialmente a utilização dos produtos decorrentes dessa invenção durante o tempo que é razoavelmente ao redor de vinte anos. Então, essas são as regras que procuram proteger aqueles que fazem investimento e que conseguem inventos. Para que não se utilizem patentes antigas, é necessário que haja, então, um acordo entre o detentor da patente e o laboratório aqui. E esse acordo se traduz no pagamento,

evidentemente, de **royalties**. Essa é uma condição comercial que naturalmente os empresários vão saber tratar e conduzir. Também o próprio mercado...reage em relação a medicamentos fora de moda, em relação aos medicamentos mais modernos. O mercado compra, em geral, os mais modernos. Então, a regra de patente antiga, eu acho que o próprio...a própria regra de mercado acaba resolvendo essa questão. Quanto aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, nós citamos aqui os casos específicos. E eu citei várias vezes o da Amazônia, que é uma região que pode ser estimulada a abrigar essa pesquisa; as universidades estão lá e estão fazendo esse trabalho. Todo o movimento nesse sentido terá sempre um trabalho. E aí não seria o trabalho de guerrilheiro, mas seria um trabalho ostensivo, na linha de apoio a qualquer iniciativa nesse sentido. No tocante ao financiamento, eu reporto à resposta que havia dado ao Deputado Henrique Fontana, dizendo que as limitações são do Conselho Monetário e, por definição, todo investimento em qualquer empresa pública deve decorrer de decisão orçamentária, pra que você tenha, de fato, contas públicas em regime saudável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Arlindo Chinaglia; obrigado, Sr. Ministro...Arlindo Chinaglia e ao Sr. Ministro. Com a palavra o Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Francisco Gros, eu estou abismado que, segundo os laboratórios transnacionais e os nacionais, nós não temos no País nenhum produto farmacêutico patenteado no País, quer dizer, de origem, a pesquisa, a origem no País. E nós não temos nenhum laboratório privado nacional que tenha patente no País ou fora do País. Isso denota que, infelizmente, no aspecto da pesquisa, nós estamos realmente bem atrasados. As universidades brasileiras, elas têm...uma de suas funções, a extensão universitária, no sentido de prestar um serviço à sociedade. Inúmeros serviços essas universidades poderiam prestar à sociedade, inclusive garantindo a elas algum meio de remuneração, que não só os meios tradicionais de financiamento, de orçamento, essas coisas todas. Por exemplo, as universidades, através de seus laboratórios, poderiam estar fazendo hoje amplamente os testes de bioequivalência, disponibilidade, controle de qualidade de medicamentos ou...realmente até a produção de medicamentos. E uma coisa que me chamou a atenção, a questão de uns dez dias atrás, numa reunião, em que as universidades, pleiteando um financiamento do BNDES, elas tão encontrando dificuldades no sentido daquela

garantia, da caução do financiamento, que o agente financeiro está exigindo. E nessa reunião foi dada uma sugestão que eu achei extremamente absurda: que um dos recebíveis da universidade, para garantir esse empréstimo, seria a possibilidade de ela arrecadar, junto aos seus estudantes, com o estacionamento do carro, quer dizer, colocaram a possibilidade do faturamento do estacionamento de um veículo como um recebível, para garantir esse investimento. Eu acho que nós temos...o problema da pesquisa científica já foi colocado aqui por vários Deputados. Eu queria fazer o seguinte questionamento também: o BNDES tem algum meio ou alguma intenção de financiar a pesquisa científica, pura e simplesmente, tanto a nível de universidades oficiais nossas como até dos laboratórios nacionais, correndo o risco...correndo os riscos da incerteza do sucesso da pesquisa ou da incerteza do produto pesquisado realmente poder ser utilizado a nível de mercado e ter um retorno real desse investimento? Eu acho que diante de um país como o nosso, que precisa desse nível de investimentos, eu acho que o Governo tem que ajudar tanto as universidades como as próprias empresas nacionais com esse risco da pesquisa, porque eu acho que é o único meio que nós poderemos ter de realmente um dia este País não ter essa dependência tecnológica brutal que nós temos. Então, queria ouvir do senhor alguma coisa com relação a isso.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - É...o fenômeno que o senhor descreve é um fenômeno que é mundial, quer dizer, o fato do desenvolvimento de patentes, principalmente na área de produtos farmacêuticos, envolve um comportamento mundial, quer dizer, o Brasil não está sozinho nesse aspecto, quer dizer, o desenvolvimento que se possa ter em relação à pesquisa e o registro de patentes no exterior, etc., esse é um privilégio infelizmente dos grandes centros de inteligência no mundo e que estão localizados, em geral, em países do Primeiro Mundo. Eu concordo quando o senhor coloca que a indústria farmacêutica é realmente, do ponto de vista de organização empresarial, é um cartel, mas ele existe no mundo como um todo. Então, é muito difícil que você consiga, dentro de um só país, obter regras pra estabelecer um nível de proteção razoável para a defesa em relação a esse cartel que é mundial. Acho que nós devemos estar sempre atentos, sempre tentando e acompanhando **pari passu**, pra que abusos não existam nessa direção. Quanto às dificuldades, que o senhor citou, de universidades em obter recursos no BNDES, o Dr. Francisco Gros pode aduzir

alguma questão, se desejar, mas eu lhe diria que, na medida — e é um raciocínio muito simples — na medida em que qualquer credor tenha que estabelecer o nível de garantias de recebíveis, como esse que o senhor colocou, é porque provavelmente a história do devedor ou do pretendente a ser devedor por um financiamento de pagamentos pontuais não deva ser muito boa, pra que você tenha que lançar mão desse tipo de coisa. Então, o senhor veja que mesmo naquilo que poderia ser entendido como uma observação crítica ao BNDES, em relação à possibilidade de acesso ao financiamento, a boa vontade dele se fez de tal forma, tentando viabilizar esse empréstimo, que se apanhou de uma maneira exótica uma garantia, como a que o senhor falou, dos recebíveis do estacionamento.

Eu vejo isso como uma tentativa de viabilizar o atendimento à universidade, quando, na verdade, talvez pudesse dizer: "Infelizmente, não podemos atender". No tocante a financiamento de pesquisas na universidade, a correr o risco de que essa pesquisa dê certo ou não dê certo, eu queria lhe dizer a visão que eu tenho desse processo. Financiamento de pesquisa, enquanto matéria de crescimento de inteligência no País, o desenvolvimento de novas tecnologias, etc., é uma tarefa que cabe ao Governo como um todo, mais especificamente talvez — e eu talvez aqui esteja cometendo até uma injustiça —, mas talvez o Ministério de Educação ou próprio Ministério de Ciência e Tecnologia. E toda essa pesquisa deve ser feita com recursos estabelecidos em orçamento, exatamente pela razão que o senhor coloca: porque ela pode não dar certo. Então, como se trata do engrandecimento e a tentativa de domínio de uma...de desenvolvimento de novos conhecimentos, eu acho que o Governo como um todo, através do Orçamento, deve fazer o "bancamento" dessa pesquisa. Eu acho que os órgãos de crédito podem acelerar o resultado, e eles podem acelerar de que forma? Através do financiamento, em prazos adequados, em condições de juros adequadas, pra que equipamentos possam ser adquiridos, possam ser produzidos, pra permitir um nível de pesquisa mais acentuado. Mas não caberia a um banco que tem recursos que precisam ser devolvidos — e os recursos provêm, em boa parte, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, têm que ser remunerados —, quer dizer, não se poderia fazer, porque uma...uma instituição de crédito fizesse um investimento na pesquisa onde o risco de perder esse valor pudesse existir. Então, aí eu tenho a impressão de que a parte do orçamento resolve isso, e a parte do financiamento pra equipamento, sim, seria

uma atividade muito clara e muito justificada para...o banco. A soma das duas coisas é que pode dar um bom resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Márcio; obrigado, Ministro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente...é só lembrar o Ministro que o projeto de reforma do Código Florestal tá em andamento nesta Casa. Qualquer projeto de expansão e aplicação em biodiversidade tem que ser feito agora, antes que vire pasto, Ministro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria avisar, antes de dar a palavra ao último orador inscrito, avisar os Srs. Deputados que imediatamente, sem interrupção do trabalho, nós vamos ouvir, concluir os debates de ontem com o Sr. Dr. Cláudio Considera, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, e com o Dr. Paulo de Tarso, que é o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, senhores convidados, eu queria inicialmente perguntar pro Dr. Francisco Gros — eu não pude acompanhar, em função de estar em atividades da bancada, o depoimento dos senhores —, e o BNDES pode hoje financiar...laboratórios privados, não é verdade? Isso tá fundamentado em que tipo de legislação?

O SR. FRANCISCO GROS - Deputado, não há nenhuma legislação que impeça, é função precípua do banco de financiar...projetos de instalação de capacidade de produção no Brasil e...projetos de modernização. Então, não há...é razão precípua da existência do banco financiar projetos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não há restrição?

O SR. FRANCISCO GROS - Não há nenhuma restrição.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - No caso dos públicos, há a restrição de ser fazer financiamento a empresas públicas.

O SR. FRANCISCO GROS - Há uma limitação, não há uma restrição. Existe uma aprovação de limites, pelo Conselho Monetário Nacional. Se não me falha a memória, para este ano, cerca de 600 milhões...600 milhões de reais, para financiamento ao setor público. E isso, então, esse volume é para todo o sistema financeiro financiar o setor público. Evidentemente é um volume extraordinariamente restritivo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O que...o que significa que desses 600 milhões...não há impedimento de...de fazer financiamento a laboratórios públicos, desde que esteja no limite.

O SR. FRANCISCO GROS - Não, não...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...desde que esteja no limite.

O SR. FRANCISCO GROS - Desde que esteja no limite.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não...não há, então, um impedimento, uma restrição. O que há é limitação de valores.

O SR. FRANCISCO GROS - Exatamente.

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Que é o que eu também me referia antes. Não sei se isso ficou claro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É que, na verdade, eu não estava desde o início, desculpe.

O SR. FRANCISCO GROS - Deputado...Deputado, não só laboratórios públicos; laboratórios, universidades...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Fundações...

O SR. FRANCISCO GROS - ...Prefeituras, Estados, ou seja, setor público em geral; empresas públicas em geral.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E esse...esta...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Na prática, isso tá inviabilizando (*inaudível.*)

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E isso não existe para os...os privados. Os privados...aí é de acordo com a análise dos projetos.

O SR. FRANCISCO GROS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Agora, o senhor teria como nos informar — se já não foi informado nesta audiência — é...exemplos de laboratórios privados, com nomes e...valores financiados? Uns dois ou três, só para...a título de exemplo?

O SR. FRANCISCO GROS - Eu pediria que o Dr. Ricardo respondesse a essa pergunta especificamente.

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Pronto? Obrigado, Sr. Presidente. No tocante à demanda, quer dizer, numa das demandas que iremos receber já tivemos contatos preliminares com alguns laboratórios, laboratórios nacionais, sendo que

um encaminhando até através de carta-consulta, consulta prévia ao banco, solicitação através de pleito para financiamento.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Concluído não tem nenhum?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Concluído, não. Nós tamos no início, na...na fase de conversação, mas eu acho que tem um grande potencial pela frente.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá. Concluído não tem nenhum?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Concluído, não, porque além da consulta prévia teria que ter o enquadramento do banco, apresentação do projeto na nossa análise e depois aprovação pela Diretoria e contratação.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor se referiu a laboratórios nacionais...

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Por enquanto, a demanda do banco, que nos chegou até o momento...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Nenhum, nenhum... multinacional?

O SR. RICARDO MONTENEGRO - Não. Nenhuma multinacional. Só laboratórios nacionais.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá certo. Com relação à resposta que o Ministro trouxe a esta...passou a esta Comissão, em 26 de abril...dizendo que a SECEX realiza um acompanhamento de preço de mercado internacional, pra determinados produtos. Está no ofício que foi emitido — Ofício 63, o senhor tem conhecimento —, em que níveis negociáveis vêm trazendo reflexos indesejáveis na produção doméstica. Pelo que eu entendi da resposta que o Ministério deu, isso aqui é no geral, é no...em todos os...produtos. No específico...ao que interessa diretamente a esta Comissão sobre os...o princípio, a substância para a fabricação dos medicamentos, o senhor não tem como responder isso, se há esse acompanhamento específico nesta área?

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Deputado Geraldo Magela, nós temos...a obrigação de fazer o registro da importação. Para verificação, eu não tenho possibilidade de dizer "não" a esse registro. O que nós podemos fazer é, ao longo do tempo, verificar se houve algum exagero em relação aos valores envolvidos, caracterizar isso e aí, então, objetivamente, colocar como, ou um crime de fraude cambial pela remessa ilegal de valores, ou um crime fiscal pela subtração do pagamento de impostos que eventual valor, pra mais ou pra menos, viesse a

causar. Mas aí nós não temos hoje os instrumentos...fora essas duas características, nós não temos os instrumentos, pra permitir, previamente ao registro da importação, que nós possamos negar essa importação quando ela se nos apresenta razoavelmente fora da normalidade. Então, pra isso deixamos...na outra vez, eu me lembro que o senhor inclusive fez perguntas, quando eu aqui estive, aquela sugestão de reuniões. Essas reuniões aconteceram; elas podem ser renovadas, pra busca de uma solução institucional que estabeleça uma regra e aí que a SECEX tenha possibilidade de, **a priori**, impedir que haja esse tipo de distorção.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E há algum relacionamento já iniciado, ou antes, ou depois da vinda de V.Sa. aqui com o Ministério da Saúde, pra que pudesse...

O SR. MINISTRO ALCIDES TÁPIAS - Sim, sim. Eu queria lhe dizer até que, por uma feliz coincidência, quando eu estive aqui foi também numa quinta-feira e no dia seguinte, na sexta-feira, o Dr. Gros e eu tivemos com o Ministro José Serra, no BNDES, no Rio de Janeiro, completando e dando curso àquilo que havíamos falado aqui. E essas reuniões estão dando frutos. O Dr. Ricardo respondeu ao senhor desse interesse de quinze empresas nacionais desejosas de fazer um investimento, pra produção de genéricos; a comissão, pra discutir o ponto de acompanhamento de importação, também tem-se reunido com freqüência; eu renovei ao Presidente Marchezan e ao Relator Ney Lopes o desejo de que...do nosso lado, de que essas reuniões continuem, de modo a que a gente encontre uma solução, pra sugerir alguma medida que evite esse...a continuidade desse processo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quero agradecer ao Deputado Magela e ao Sr. Ministro. E com isso, não havendo mais nenhum orador inscrito para interpelar o Sr. Ministro, eu desejo registrar a importância da reunião que acabamos de ter com o Sr. Ministro, com o Presidente do BNDES, Dr. Francisco Gros, e com os assessores do Sr. Ministro, entre os quais o Dr. Ricardo Montenegro e o Dr. Ivan Ramalho e demais assessores. Espero, sinceramente, que disso resulte aquilo que se previu hoje aqui: uma política industrial mais objetiva, com vistas ao atendimento das necessidades do País no mais amplo sentido. Quero dizer também que nós vamos interromper esta reunião por um espaço máximo de cinco minutos e retomaremos esta reunião, para complementar os

depoimentos ontem do Dr. Cláudio Considera e do Dr. Paulo de Tarso, neste momento. Agradeço, mais uma vez, reiteradamente, a presença do nosso ilustre Ministro, que pela segunda vez vem à nossa Comissão, e declaro encerrados os trabalhos desta reunião. Muito obrigado a todos.